

TEMPOS E LUGARES DE GÊNERO

Cristina Bruschini e Céli Regina Pinto (orgs.)
São Paulo: FCC, Editora 34, 2001, 325p.

Esta coletânea reúne trabalhos selecionados do VIII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero realizado em 1998 pela Fundação Carlos Chagas, com apoio financeiro da Fundação Ford. Os textos publicados exprimem a maturidade de tratamento dessa temática que, com certeza, foi marcada pela seqüência de concursos, o primeiro tendo sido realizado em 1978. Por intermédio deles não só foram financiados centenas de projetos de pesquisa ao longo desses 22 anos, como se ofereceram apoio e acompanhamento teórico e metodológico a tais projetos, a partir dos membros das comissões organizadoras compostas por especialistas de expressão nacional e internacional.

Os dez textos apresentados focalizam com acuidade e fundamento questões de ponta para a investigação científica nesse campo, trazendo problemas teóricos nas mais diferentes abordagens, propiciando com isso uma contribuição sólida para as discussões, análises e interpretações relativas a temas relevantes. Todos se referem a pesquisas e trazem ricos aportes analíticos. Os autores provêm de diversificadas áreas de formação e atuação profissional, sinalizando o caráter multidisciplinar das questões investigadas e de suas abordagens.

Em "Chica da Silva: o avesso do mito", de Júnia Ferreira Furtado, e no texto de Ana Lúcia Nauar Pantoja, "Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890 – 1910)", a abordagem historiográfica sustenta reflexões densas e ricas inferências. No primeiro trabalho a autora procura "conhecer Chica da Silva não como curiosidade, como exceção, mas, por meio dela, lançar luz sobre as demais mulheres de seu tempo, inserindo-as na história". Percorre documentos va-

riados de diferentes arquivos, analisando as formas das relações familiares e sociais à época, no arraial do Tejuco, em Diamantina, o escravismo e os poderes, os filhos e sua educação, e as formas de superação de convencionalismos em uma sociedade hierárquica. Ana Lúcia debruça-se sobre os trabalhos de mulheres e homens, no período 1890-1910. Pergunta: "Quem eram afinal essas mulheres anônimas que se dedicavam às atividades improvisadas, flutuantes e precárias, pelas ruas, praças e mercados...?" Procurou, mediante os discursos das diversas fontes utilizadas, dar visibilidade às práticas de trabalho dessas personagens num cenário de contrastes na Belém do final do século XIX e início do XX.

Dois outros textos tomam como base pesquisas realizadas por autores homens e se referem às interfaces sociais e suas implicações diversas, de mulheres e homens. Em "Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis", Ari José Sartori começa por observar que a participação de mulheres nas direções de organizações sindicais tem sido, em geral, rarefeita e descontinuada. Esse quadro, porém, tem mudado, e isso o estimulou a estudar as relações de gênero nesse espaço, procurando verificar se ocorrem alterações substanciais. Deixa claro com que conceito de gênero trabalha e com que perspectiva de masculinidade aborda a questão, enveredando por uma análise de trajetórias de homens e mulheres no movimento sindical, trazendo à luz o significado da participação para homens e mulheres nesse movimento em suas relações/tensões. Já o trabalho de Marco Antonio Gonçalves, "Uma mulher entre dois homens e um homem entre duas mulheres: gênero na sociedade Paresi", é parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre a produção e significado da diferença, em termos de gênero e dismorfismo sexual, na sociedade Paresi, e contém uma abordagem antropológica. A partir de reflexões sobre seu ideal de

endogamia, o fechamento dos grupos locais, a indiferenciação interna, as questões de igualdade e equilíbrio das relações na aldeia, a diferença e hostilidade ao "outro distante", analisa, mediante sua mitologia, qual a origem da diferença no mundo e o cúme, trazendo à tona interessantes aspectos do tema pela problematização de cadeias de oposições tidas como naturais. Com isso desvela um sistema simbólico intrincado, contribuindo para a compreensão do processo de construção do idêntico e do diferente entre os Paresi.

Em "Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador", Márcia dos Santos Macêdo traz estudo realizado com 26 mulheres chefes de família em Salvador, de diferentes características demográficas. O objetivo foi deslindar como a chefia familiar por mulheres achase interconectada com outros fatores como raça/etnia, classe social, idade/geração. Realizou para tanto entrevistas em profundidade e reconstrução de histórias de vida, como também observações do cotidiano de uma subamostra das entrevistadas. Este último procedimento agregou ao estudo dados mais densos, permitindo ir além de um nível apenas discursivo. O suporte teórico que utiliza para a análise dos dados está muito bem exposto e é utilizado com rara acuidade. Sua opção por "um ângulo plural de leitura da realidade" mostra-se fecundo, permitindo entender a heterogeneidade do grupo de mulheres e compreender a diversidade de situações em que exercem a chefia de família, mesmo num contexto de um bairro de classe trabalhadora, sem esvaziar a dimensão política da questão em seus determinantes estruturais. Resta clara a importância de se compreender a diversidade das experiências na dinâmica da constituição das mulheres em chefes de família.

Em outro contexto – o da zona rural – Ana Louise de Carvalho Fiúza pesquisa a mulher rural entre os pequenos agricultores familiares, objetivando elaborar uma ecocrítica desmistificadora de perspectivas dominantes quanto à responsabilidade pela degradação do meio ambiente, e desvestir o fetiche que recobre a percepção da mulher e sua representação nas políticas de desenvolvimen-

to rural propostas para o Terceiro Mundo. O texto "Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável" é denso em suas proposições teóricas e permite à autora, realmente, como se propõe, "fugir das armadilhas de uma visão reducionista que polariza a condição da mulher rural, por um lado, vendo-a, no interior de um modelo de desenvolvimento produtivista, irremediavelmente dominada, enquanto, dentro de um modelo alternativo de desenvolvimento, ela teria a possibilidade de emancipação completa em relação às suas fontes de opressão". A tessitura que faz entre teoria e dados obtidos em sua investigação sustenta robustamente suas considerações finais, permitindo-lhe questionar elementos básicos das duas perspectivas polarizadoras pelas quais as mulheres têm sido enquadradas nas propostas de desenvolvimento sustentável.

Os avanços das mulheres no trabalho em diferentes espaços ocupacionais vêm sendo analisados em inúmeros estudos, especialmente sob o ângulo da sua discriminação em certas áreas. Porém ainda há muito o que conhecer quanto a certos nichos em profissões nas quais, aparentemente, a mulher não é mais tão discriminada. O artigo "Mulheres advogadas: espaços ocupados", de Eliane Botelho Junqueira, adentra no mundo dos grandes escritórios de advocacia societária/cível e de advocacia criminal, buscando conhecer mais a fundo o que ocorre na advocacia privada na relação entre profissionais homens e mulheres. Para ela importou analisar não só as representações das advogadas que já atuam nesse mundo masculino, mas também as estagiárias. Entrevistas com essas permitiram perceber como as mulheres são socializadas na profissão. Amplia suas análises tentando verificar se o processo de participação de mulheres, na perspectiva das relações de gênero, em grandes escritórios de advocacia aqui, assemelha-se ou não com o que acontece em outros países como os Estados Unidos, Austrália, Inglaterra e Canadá. As análises exploram muito bem vários dos fatores associados a esse processo relacional, utilizando-se das entrevistas e com aportes teóricos seguros. Termina seu tra-

balho com uma esperança, “que esta pesquisa contribua para a ruptura da cultura do silêncio. Um silêncio que cala as discriminações e ignora as diferenças”.

Tendo em vista que homens e mulheres têm sido atingidos diferencialmente pelo desemprego, Liliانا Rolfsen Petrilli Segnini pesquisou trajetórias e práticas sociais de trabalhadores em situação de desemprego ou de retorno ao mercado de trabalho por intermédio de formas precárias de reintegração. No artigo “Constantes recomeços: desemprego no setor bancário”, busca caracterizar o significado social das experiências vividas por bancários(as), com escolarização alta em sua maioria, que participaram de programa de demissão voluntária em um banco estatal em processo de privatização. Fazendo uma análise acurada sobre o crescimento do desemprego e da precariedade social no país, discute as características do desemprego no setor bancário e do processo de perda de filiação do setor, conceito que toma como base de suas interpretações para os dados levantados em seu trabalho, quer sejam dados estatísticos, quer sejam os conteúdos das entrevistas. Discute as dificuldades do processo de adesão, as tensões e racionalizações contraditórias e a questão do voluntário/obrigatório. Em suas considerações finais, amplamente sustentadas por suas análises, continua problematizando a questão numa perspectiva de gênero, das relações escolarização/oportunidade de trabalho, da filiação/desfiliação, opressão e rotina/liberdade e aleatoriedade situacional. Traz-nos reflexões críticas quanto aos diferenciados aspectos do problema, contribuindo para a compreensão de que explicações simplistas não dão conta da questão.

Os dois últimos artigos tratam de questões ligadas à intimidade doméstica ou de pessoas. No artigo de Eliane Pasini, adentramos em fronteiras de intimidades, ao sermos conduzidos pela pesquisadora aos meandros pelos quais prostitutas decidem pelo uso de preservativos ou não nas suas relações, propiciando-nos uma reflexão sobre os valores socioculturais que orientam de modo geral as relações sociais dessas mulheres. “As fron-

teiras da intimidade: uso de preservativo entre prostitutas de rua” apresenta um estudo comparativo de dois universos culturais, Porto Alegre e São Paulo, que, segundo a autora, foi um trabalho realizado como uma pesquisa única, “na medida em que cada um desses contextos ou universos foi analisado como se estivesse formulando perguntas ao outro e respondendo às questões por aquele formuladas”. O estudo, inserido no contexto das questões de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis – DSTs-Aids –, entre prostitutas de rua, traz instigantes análises quanto a representações de doença e saúde, sentimentos diferenciados para com os clientes, demarcação entre vida profissional e vida pessoal, entre outros aspectos que entram em jogo nas suas lógicas de uso de preservativo. Com isso aprofunda o estudo em aspectos de valores, emoções, concepção de corpo e relações de gênero, contribuindo para uma compreensão maior de fatores que se podem tornar barreiras ou facilitadores para a assimilação de conteúdos de campanhas de prevenção de DSTs-Aids.

O texto de Carmen Hein Campos discute a “Violência doméstica no espaço da lei”. A partir de análise do espaço legal em que essa questão se situa, acompanhamos o exercício de decisões de juízes impactando pessoas, inclusive em sua auto-estima. Tendo, em sua experiência profissional, trabalhado como advogada com casos jurídicos ligados a esse tipo de violência, a autora passou a questionar a “solução insistente dada pelos juízes nos casos de violência praticada contra a mulher, isto é, a conciliação do conflito com a conseqüente renúncia do direito da vítima de representar e de ver seguir o processo até uma solução efetiva...”. Em seu estudo, acompanhou o caso de seis mulheres que não desistiram dos processos e que tinham mais de uma ocorrência policial, e, posteriormente, realizou entrevistas com essas mulheres e com juízes e promotores de justiça dos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre. Faz uma pertinente apresentação e exegese da legislação para esses casos e traz à análise “mulheres de carne e osso”, contrapondo com o que

pensavam os juízes sobre a violência com que se deparavam todos os dias, trazendo o entendimento de que a conciliação induzida pelos magistrados coloca o conflito novamente na esfera privada, devolvendo-o à vítima e redistribuindo o poder em favor do réu. Conclui que sua pesquisa “permite dizer que o Juizado Especial Criminal não oferece a solução de que as mulheres necessitam... Quando a mulher resolve, para restabelecer o equilíbrio da relação, acionar o Poder Judiciário, este a mantém no mesmo patamar em que ela se encontrava”. As consequências dessa situação são problematizadas, uma vez que representam, para as mulheres vítimas de violência doméstica, um fator de alto risco.

Problemáticas pertinentes e visão crítica, tratamento teórico consistente, convite à reflexão com enfoques diferenciados sobre aspectos relevantes nas relações de gênero na sociedade brasileira são as características que dão valor a esta coletânea.

Bernardete Angelina Gatti

Fundação Carlos Chagas

Programa de Pós-Graduação e Psicologia
da Educação da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo

gatti@fcc.org.br

AS GRANDES FESTAS DIDÁTICAS: A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS EXPOSI- ÇÕES INTERNACIONAIS (1862-1922)

Moysés Kuhlmann Júnior

São Paulo: USF/CDAPH, 2001, 262p.

Templo, vitrine, teatro... e agora, escola. Assim, evocando grandes metáforas da modernidade, começa a conclusão do livro de Moysés Kuhlmann Júnior, pedagogo e historiador da educação que tem contribuído significativamente para a renovação dos estudos da história da infância e da educação infantil no país. Só que, desta vez, o objeto de preocupação não é diretamente a infância ou a educação infantil, mas a educação de

uma maneira mais geral e a educação popular de maneira mais específica, bem como a crescente escolarização do social na segunda metade do século XIX e no início do século XX, a partir das exposições ocorridas entre os anos de 1862 e 1922. Nesse período, ocorreram 17 exposições internacionais em diferentes países (inclusive no Brasil), sete exposições nacionais e inúmeros congressos dos mais variados temas, pelos quais o autor procura mostrar a intenção didática dessas exposições e sua repercussão, o lugar privilegiado que a educação aí ocupa como produtora de civilização e progresso e a participação do Brasil nesse processo, levando em conta as especificidades de nossa situação política e social. Tomadas como verdadeiras *festas didáticas* pelo autor, essas exposições tinham a pretensão de mostrar, de dar a ver, e, desse modo, construir o Brasil como uma Nação próspera e ordeira. Transformadas numa escola de civismo, essas exposições e as atividades que giravam em sua órbita estavam imbuídas de uma pedagogia do progresso: progresso a ser cultuado, exibido, representado. Daí sua dimensão de *templo, vitrine* e de *teatro*.

Ao longo de mais de 250 páginas, Moysés faz *desfilar* diante de nossos olhos personagens, tramas, objetos, imagens de uma história ainda hoje muito pouco conhecida no campo da educação e, mesmo, da história da educação. O autor, com maestria e sensibilidade, vai nos mostrando como as exposições internacionais, que tinham por objetivo *celebrar* o progresso humano e as *riquezas das nações*, eram projetadas, também, como espetáculos a serem oferecidos a platéias ávidas por novidades e acontecimentos. Nelas as vitrinas do progresso exibiam os atributos da modernidade: objetos, conhecimentos, produtos e tudo aquilo que denotasse, segundo o espírito da época, a arte e o engenho humano; nelas a ciência era exposta, ao mesmo tempo, como realidade, realização e única possibilidade para o progresso das nações e para a felicidade dos seres humanos.

Apesar das diferenças entre a Primeira Exposição Internacional, ocorrida em Londres, em